

CONCURSO PÚBLICO N° 001/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A)

N° DE INSCRIÇÃO

CARGO: GUARDA MUNICIPAL

CONCURSO PÚBLICO

PROVA OBJETIVA

VERIFIQUE SE ESTE CADERNO:

- ❖ Corresponde a sua opção de cargo.
- ❖ Contém 40 (quarenta) questões, numeradas de 01 a 40, caso contrário reclame ao fiscal da sala outro caderno. NÃO serão aceitas reclamações posteriores.
- ❖ Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- ❖ Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- ❖ A alternativa escolhida deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- ❖ Procurar na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- ❖ Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- ❖ Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo:

ATENÇÃO:

- ❖ Marque as respostas com caneta esferográfica azul ou preta.
- ❖ Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará nota zero à questão.
- ❖ Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- ❖ Você terá 3 (três) horas para responder a todas as questões e preencher a folha de respostas.
- ❖ Devolva esse caderno de prova ao aplicador, juntamente com a sua folha de respostas. } Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

RASCUNHO

QUESTÕES - LÍNGUA PORTUGUESA (1 – 12)**02 PONTOS**

Senado inclui proteção de dados pessoais como direito fundamental

O Senado aprovou hoje (20) a Proposta de Emenda à Constituição 17 (PEC 17), que inclui a proteção de dados pessoais no rol de direitos e garantias fundamentais do cidadão. Também estão incluídos na proposta os dados disponíveis em meios digitais. A PEC segue agora para a promulgação.

A matéria já havia passado pelo Senado em julho de 2019 e, em seguida, foi à Câmara. Lá, os deputados incluíram um dispositivo que atribui à União as competências de organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais, de acordo com a lei. Já constava no texto a previsão da competência privativa da União para legislar sobre a matéria e a cláusula de vigência da proposta.

A relatora da PEC, Simone Tebet (MDB-MS), destacou em seu parecer que a proposta leva ao texto constitucional os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). A LGPD disciplina o tratamento de dados pessoais em qualquer suporte, inclusive em meios digitais, realizado por pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou de direito privado, com o objetivo de garantir a privacidade dos indivíduos.

“Nesse sentido, o art. 1º da iniciativa vai ao encontro do previsto no art. 2º da LGPD, que estabelece, entre os fundamentos da proteção de dados pessoais, o respeito à privacidade e a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem do indivíduo”, afirmou Tebet em seu parecer.

O vazamento de supostas conversas entre o ministro da Justiça, Sergio Moro, na época juiz federal, e procuradores da República, fez o tema ganhar mais relevância. Trechos de conversas foram divulgadas pelo site *The Intercept Brasil* ainda em 2019, quando a PEC teve sua primeira passagem no Senado.

“Estamos defendendo direitos que antes eram absolutos: direito à intimidade, à vida privada. Este mundo da internet se volta contra nós mesmos. Ora somos vítimas do crime, ora somos vítimas do mercado”, acrescentou Tebet, à época da primeira passagem do texto pela Casa.

Disponível em: <https://istoe.com.br/senado-inclui-protacao-de-dados-pessoais-como-direito-fundamental/> Acesso em 20/10/2021

01. São informações que se podem depreender do texto, EXCETO:

- a) O conteúdo da PEC 17 está em consonância com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- b) Quanto ao estágio em que se encontra a PEC 17 atualmente, ela está em vias de publicação.
- c) Fica a cargo da União a organização e a fiscalização da proteção e do tratamento de dados pessoais.

- d) A PEC 17 também trata da proteção de dados pessoais exclusivamente dos usuários dos meios digitais.
- e) Eventos políticos contribuíram para dar mais visibilidade ao tema.

02. As passagens abaixo apresentam o emprego do sinal grave indicativo de crase. Assinale a alternativa cuja regra DIFERE das demais:

- a) “(...) foi à Câmara (...)” (2º parágrafo);
- b) “(...) que atribui à União (...)” (2º parágrafo);
- c) “(...) o respeito à privacidade (...)” (4º parágrafo);
- d) “(...) direito à intimidade (...)” (6º parágrafo);
- e) “(...) à época da primeira passagem (...)” (6º parágrafo).

03. Em relação à tipologia que sobressai no texto, pode-se afirmar que ela aparece corretamente em:

- a) expositiva;
- b) descritiva;
- c) narrativa;
- d) argumentativa;
- e) injuntiva.

04. Textualmente o papel sintático do termo destacado em “O vazamento de supostas conversas entre o ministro da Justiça, Sergio Moro, na época juiz federal, (...)” (5º parágrafo) é IDÊNTICO ao papel sintático do termo em destaque na alternativa:

- a) “A matéria já havia passado pelo Senado em julho de 2019 e, em seguida, foi à Câmara. (2º parágrafo);
- b) “(...) e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais, de acordo com a lei.” (2º parágrafo);
- c) “A relatora da PEC, Simone Tebet (MDB-MS), destacou em seu parecer (...)” (3º parágrafo);
- d) “A LGPD disciplina o tratamento de dados pessoais em qualquer suporte, inclusive em meios digitais, (...)” (3º parágrafo);
- e) “(...) o art. 1º da iniciativa vai ao encontro do previsto no art. 2º da LGPD, que estabelece, entre os fundamentos da proteção de dados pessoais, (...)” (4º parágrafo).

05. Quanto aos aspectos de linguagem, pode-se afirmar corretamente que:

- a) Sobressai o registro coloquial.
- b) Há marcas da variedade regional.
- c) Foi empregada a variedade histórica.
- d) Utilizou-se uma linguagem mista.
- e) O registro formal compõe o texto majoritariamente.

06. Analise as construções verbais nas opções abaixo e assinale aquela em que há uma estrutura com voz passiva:

- a) “(...) que a proposta leva ao texto constitucional os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).” (3º parágrafo);
- b) “(...) que estabelece, entre os fundamentos da proteção de dados pessoais, o respeito à privacidade e a

inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem do indivíduo”, (...)” (4º parágrafo);
 c) “O vazamento de supostas conversas entre o ministro da Justiça, Sergio Moro, na época juiz federal, e procuradores da República, fez o tema ganhar mais relevância.” (5º parágrafo);
 d) “Trechos de conversas foram divulgadas pelo site The Intercept Brasil ainda em 2019, (...)” (5º parágrafo);
 e) “Este mundo da internet se volta contra nós mesmos.” (6º parágrafo).

07. A correta classificação da oração destacada no excerto “(...) que atribui à União as competências de organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais, (...)” (2º período) encontra-se em:

- a) subordinada substantiva objetiva indireta;
- b) subordinada substantiva completiva nominal;
- c) subordinada substantiva subjetiva;
- d) subordinada substantiva apositiva;
- e) subordinada substantiva objetiva direta.

08. Assinale a alternativa em que o elemento coesivo destacado recupera informação anteriormente expressa no texto:

- a) “**Também** estão incluídos na proposta os dados disponíveis em meios digitais.” (1º parágrafo);
- b) “A matéria já havia passado pelo Senado em julho de 2019 **e**, em seguida, foi à Câmara.” (2º parágrafo);
- c) “(...) **que** estabelece, entre os fundamentos da proteção de dados pessoais, (...)” (4º parágrafo);
- d) “**Este** mundo da internet se volta contra nós mesmos.” (6º parágrafo);
- e) “Ora somos vítimas do crime, **ora** somos vítimas do mercado”, (...) (6º parágrafo).

09. Sobre o seguinte excerto do texto, “O Senado aprovou hoje (20) a Proposta de Emenda à Constituição 17 (PEC 17), que inclui a proteção de dados pessoais no rol de direitos e garantias fundamentais do cidadão.” (1º parágrafo), assinale a opção correta:

- a) A vírgula empregada pode ser retirada sem prejuízo semântico e gramatical.
- b) O emprego da vírgula se justifica, pois isola uma oração de natureza adverbial.
- c) Deve-se usar a vírgula nesse caso, já que separa uma oração adjetiva restritiva.
- d) A vírgula presente no período isola uma oração interferente.
- e) Não se pode prescindir da vírgula empregada no período, senão implicaria alteração semântica.

10. Os verbos em destaque em “(...) as competências de organizar e fiscalizar a proteção (...)” (2º parágrafo) estão corretamente grafados com “Z”; o mesmo NÃO ocorre na alternativa:

- a) catalizar;
- b) catequizar;
- c) amortizar;

- d) sintetizar;
- e) amenizar.

11. A função do vocábulo destacado no excerto “(...) destacou em seu parecer **que** a proposta leva ao texto constitucional (...)” (3º parágrafo) está correta na opção:

- a) pronome relativo;
- b) conjunção integrante;
- c) pronome indefinido;
- d) partícula expletiva;
- e) conjunção locativa.

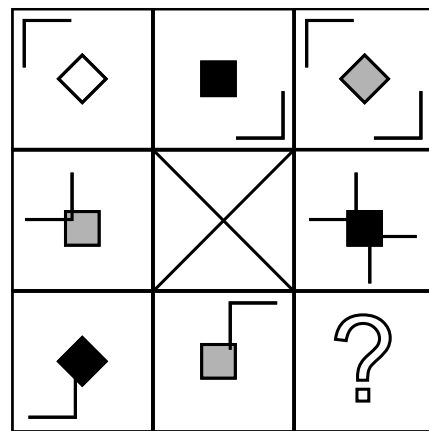
12. As palavras abaixo retiradas do texto atendem a uma mesma regra de acentuação gráfica, MENOS a que se encontra em:

- a) “incluíram”;
- b) “competência”;
- c) “matéria”;
- d) “princípios”;
- e) “indivíduo”.

QUESTÕES – RACIOCÍNIO LÓGICO (13 – 16)

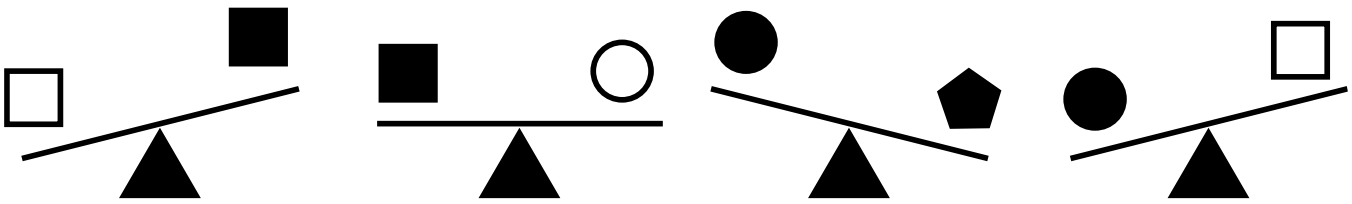
02 PONTOS

13. Marque a opção que substitui corretamente a “?”.













- a)
- b)
- c)
- d)
- e)

14. Considere uma balança e os seguintes pacotes mostrados abaixo.



Qual a relação correta entre os pesos dos pacotes?

- a)  < 
- b)  = 
- c)  = 
- d)  = 
- e)  < 

15. Em certo vilarejo, as famílias tem o costume de serem constituídas por exatamente 3 crianças. Sejam os eventos

A = "ocorrência de no máximo um filho do sexo feminino";

B = "ocorrência de um ou dois filhos do sexo masculino" e;

C = "ocorrência de pelo menos um filho do sexo feminino".

Supondo eventos equiprováveis e que o vilarejo possua uma quantidade grande o suficiente de famílias, qual a probabilidade de uma família escolhida ao acaso atender ao seguinte evento.

$$A \cap (B \cup C)$$

- a) $3/8$
- b) $1/2$
- c) $5/8$
- d) $3/4$
- e) $1/8$

16. Considere os seguintes resultados de uma operação oculta:

$$F(3, 2, 2) = 2$$

$$F(5, 7, 4) = 19$$

$$F(6, 7, 6) = 6$$

$$F(5, 5, 5) = 0$$

$$F(8, 9, 8) = 8$$

Quanto vale $F(10, 11, 9)$?

- a) -5
- b) 49
- c) 29
- d) 98
- e) 17

QUESTÕES – ATUALIDADES (17 – 20)**02 PONTOS**

17. Considere os itens, colocando (V) ou (F) nos parênteses se caso for verdadeiro ou falso, respectivamente sobre a tragédia de Brumadinho em Minas Gerais:

(___) a tragédia ocorreu em uma barragem de responsabilidade da empresa Minas Minérios Industriais SA, que provocou a morte de mais de 400 pessoas

(___) A lama de rejeitos provocou diversos impactos ambientais, contaminando a fauna e a flora da região.

(___) afetou o principal rio da região, o rio Gramame, afluente do rio São Francisco.

(___) O acidente resultou em um dos maiores desastres ambientais no Brasil.

A sequência correta é:

- a) V – F – V – V
- b) F – V – F – V
- c) F – V – V – V
- d) V – F – V – F
- e) V – V – V – V

18. Considere o texto abaixo, julgue as afirmativas e marque a alternativa correta:

LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA

Quando se discute sobre a participação feminina nos campos político e jurídico, são dois os maiores questionamentos: qual o percentual de mulheres que se candidatam e efetivamente assumem seus postos? E o que podemos fazer para que esse número cresça cada vez mais, invés de retroceder? Foi em busca de algumas destas respostas que o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE), em parceria com o Consulado Americano, realizou, em novembro de 2019, a palestra “*O fortalecimento da participação das mulheres na política e no poder em cenários nacionais e internacionais*”. O objetivo principal era promover o debate acerca da importância, das dificuldades e do avanço na participação de mulheres na política.

Disponível em: <https://www.tre-pe.jus.br/imprensa/noticias-tre-pe/2019/Novembro/lugar-de-mulher-e-na-politica>. Acesso dez/2020. (texto com adaptações).

Da representação feminina do parlamento de Pernambuco, são Deputadas Estaduais:

- I- Alessandra Vieira;
- II- Dulci Amorim;
- III- Gorete Campos;
- IV- Priscila Krause.

Está(ão) correta(s):

- a) Apenas as afirmativas I e II.
- b) Apenas as afirmativas I, III e IV.
- c) Apenas as afirmativas I, II e IV.
- d) Apenas as afirmativas II e IV.
- e) As afirmativas I, II, III e IV.

19. O estado de Pernambuco vem investindo em obras para recursos hídricos nos últimos anos, projetos estratégicos a exemplo da transposição do Rio São Francisco, das adutoras, que têm ampliado o abastecimento em diversos municípios; do próprio projeto de desenvolvimento da área de recursos hídricos, além das barragens, são planejamentos importantes diante do cenário de necessidade de água para populações que sofrem principalmente com a seca.

Da Hidrografia do município de Granito-PE, julgue as afirmativas abaixo:

- I- São rio tributários os riachos do Alecrim, São Joaquim, da Ingazeira, do Mororó, do Negro e do Poço Verde.
- II- Situa-se nos domínios da Bacia Hidrográfica do Rio Brígida.
- III – Todos os rios e riachos do município de Granito-PE são perenes.

Está(ão) Correta(s)

- a) Apenas a afirmativa I.
- b) Apenas a afirmativa II.
- c) Apenas as afirmativas I e III.
- d) Apenas as afirmativas I e II.
- e) As afirmativas I, II e III.

20. Considere os itens, colocando (V) ou (F) nos parênteses se caso for verdadeiro ou falso, respectivamente sobre as principais mudanças na Reforma da previdência promulgada pelo Congresso Nacional em 2019.

(___) tempo mínimo de contribuição (25 anos para mulheres e homens no setor privado; e 25 para homens e 20 para mulheres no caso de servidores);

(____) fixação de idade mínima para se aposentar (55 anos para homens e 65 anos para mulheres);

(____) o valor descontado do salário de cada trabalhador (quem ganha menos vai contribuir menos para o INSS; quem ganha mais vai contribuir mais).

A sequência correta é:

- a) F – F – V
- b) F – V – F
- c) F – F – F
- d) V – V – V
- e) V – F – V

QUESTÕES – CONTEÚDO ESPECÍFICO

(21 – 40) 03 PONTOS

21. A guarda municipal está disposta na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), definindo o texto magno que os Municípios poderão instituí-la para proteção de alguns elementos do ente federativo. Analise as alternativas abaixo e assinale aquela que disponha corretamente os elementos de proteção da guarda municipal, de acordo com texto da CRFB/88:

- a) Bens, serviços e instalações.
- b) Pessoas, instituições e trânsito.
- c) Trânsito, instalações e serviços.
- d) Servidores, urbanidade e serviços.
- e) Pessoas, urbanidade e bens.

22. Ao ingressar no serviço público através da guarda municipal, o servidor deve estar ciente dos princípios que norteiam sua função, estes dispostos na Lei 13.022/2014, considerando que o guarda não se limita aos mesmos, sendo estes o mínimo necessário. Um deles faz referência ao tipo de patrulhamento a ser executado pelo guarda municipal, para que este alcance os objetivos definidos na lei, devendo tal patrulhamento ser:

- a) condicionante.
- b) intuitivo.
- c) preventivo.
- d) repressivo.
- e) nominativo.

23. A atuação do guarda municipal vai muito além do que se tem por senso comum, como se pode ver na Lei 13.022/2014. A lei define que a guarda municipal tem por competência a proteção do patrimônio municipal, mas o texto normativo especifica alguns tipos de

patrimônio. Deste modo, analise as alternativas abaixo e assinale aquele tipo de patrimônio a ser protegido pela guarda municipal que não está especificado nas competências definidas à mesma pelo texto da Lei 13.022/2014:

- a) Ecológico.
- b) Histórico.
- c) Cultural.
- d) Arquitetônico.
- e) Financeiro.

24. A Lei 13.022/2014 define algumas normas específicas para a criação da guarda municipal. Assim sendo, com referência à legislação anteriormente citada, verifique as alternativas e assinale aquela que apresentar uma afirmativa correta acerca das regras de criação da guarda municipal:

- a) O Município pode criar, por decreto, sua guarda municipal.
- b) A guarda municipal é subordinada ao chefe do Poder Judiciário municipal.
- c) Municípios limítrofes podem, mediante consórcio público, utilizar, reciprocamente, os serviços da guarda municipal de maneira compartilhada.
- d) A guarda municipal é formada por servidores públicos integrantes de carreira única, com plano de cargos e salários, e funcionários terceirizados, obedecida as normas de licitação.
- e) O efetivo das guardas municipais não possui limitação legalmente definida, devendo ser arbitrada por critérios de conveniência e oportunidade.

25. Considere a seguinte situação hipotética: Georgios, aprovado para o cargo de guarda municipal, analisou a Lei 13.022/2014 e viu que se enquadrava em todos os requisitos básicos para investidura. Porém, quando organizava tudo para a posse, se deparou com uma lei municipal que definia outros requisitos, os quais ainda faltavam para Georgios. Tendo por referência a situação acima narrada, considerando as regras da Lei 13.022/2014, observe as alternativas e assinale aquela que apresente uma afirmativa correta:

- a) Os requisitos estabelecidos pela lei municipal são válidos, pois a Lei 13.022/2014 traz essa possibilidade.
- b) Os requisitos definidos em lei municipal somente serão válidos se forem à título de regulamentação dos trazidos na lei federal, considerando a hierarquia.

c) Não há possibilidade jurídica de definição de requisitos pela lei municipal, tendo em vista a existência de lei federal sobre o tema.

d) A validade dos requisitos trazidos pela lei municipal estará condicionada à existência dos mesmos no texto constitucional, conforme a Lei 13.022/2014.

e) Tendo em vista ser assunto de interesse local, poderá lei municipal sobrepor-se à Lei 13.022/2014 com relação a temas que lhe forem controversos.

26. O prefeito do Município X, embalado pelo sentimento nacionalista, resolve reformular a guarda municipal. Inicialmente, o prefeito reorganiza a estrutura hierárquica da guarda, utilizando denominação idêntica à das forças militares, quanto aos postos e graduações, títulos, uniformes, distintivos e condecorações. Com isso, o prefeito acreditava passar maior credibilidade à população. Sobre o ato do prefeito, considerando a Lei 13.022/2014, este:

a) é ilegal, pois o prefeito não poderia utilizar qualquer referência aos uniformes militares para que não houvesse risco de confusão dos agentes públicos, sendo liberado o uso dos outros elementos.

b) é legal, tendo em vista a formalização em processo administrativo dos elementos de conveniência e oportunidade que justifique o ato do prefeito.

c) é legal, pois a reformulação de qualquer aspecto da guarda municipal cabe ao chefe do Executivo municipal, sendo este ato vinculado por estar definido em lei.

d) é ilegal pois o Estatuto Geral das Guardas Municipais veda expressamente este ato realizado pelo prefeito municipal.

e) será legal se houver autorização expressa do Comando Militar da base respectiva, ratificado pelo Poder Judiciário local.

27. O Código de Trânsito Brasileiro (CTB), Lei nº 9.503/1997, também define competências relativas aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição. Tendo por referência o CTB, analise as competências elencadas nas alternativas abaixo e assinale aquela que não esteja de acordo com a lei supracitada:

a) coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas.

b) implantar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias.

c) arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos, e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas.

d) credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível.

e) suplementar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito.

28. Ainda sobre o tema da questão anterior, dentro do escopo do CTB, a lei é clara ao dizer que como condição para os Municípios exercerem as competências estabelecidas no artigo 24 da lei acima citada, os entes federativos deverão integrar-se ao chamado:

a) Conselho Nacional de Trânsito.

b) Sistema Nacional de Trânsito.

c) Programa Nacional de Trânsito.

d) Plano Diretor Brasileiro de Trânsito.

e) Ordenamento Nacional de Trânsito.

29. Um guarda municipal, que atuava nas ruas da cidade utilizando a câmera de seu celular para poder gravar suas práticas de patrulhamento, filmou por descuido um antigo desafeto que realizava uma prática infamante às escondidas. Ao mesmo tempo, o desafeto do guarda municipal estava realizando uma infração sobre a qual o servidor deveria atuar por ser de sua competência. Ao realizar os procedimentos de autuação, o guarda municipal divulgou a gravação, esta sem relação com a prova que se pretenda produzir, expondo a intimidade ou a vida privada e ferindo a honra e a imagem do seu desafeto. Após procedimentos judiciais, foi definido que o guarda municipal incidiu no crime constante no art. 28 da Lei 13.869/2019. A partir da narrativa exposta, considerando a Lei de Abuso de Autoridade, qual é a pena cominada para o delito em questão?

a) detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

b) reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

c) detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

d) reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

e) detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos ou multa.

30. Exercendo atos de fiscalização de postura na municipalidade, um guarda municipal obteve uma prova por meio manifestamente ilícito, sendo este um crime previsto na Lei de Abuso de Autoridade. Uma terceira

pessoa teve acesso a mesma prova, esta que poderia ser utilizada em desfavor do fiscalizado. Assumindo tal situação hipotética, tendo por referência a Lei 13.869/2019, incorre na mesma pena quem faz uso de prova, em desfavor do investigado ou fiscalizado:

- a) sem procedimento administrativo concomitante.
- b) sem validação judicial da prova.
- c) com prévio conhecimento de sua ilicitude.
- d) se der subsídios para condenação do fiscalizado.
- e) se beneficiar-se financeiramente com o uso da prova ilícita.

31. Determinado vereador do Município não concordava com as funções exercidas pelos guardas municipais e, por sua própria iniciativa, apresentou projeto de lei que extinguiu a mesma. Ocorre que o ato do vereador não é legal. Considerando a Lei Orgânica do Município de Granito/PE (LOM), qual das afirmativas abaixo apresenta corretamente o motivo da ilegalidade do ato do vereador em questão?

- a) Compete privativamente ao Presidente da Câmara de Vereadores a iniciativa de leis que disponha criação ou extinção da Guarda Municipal e as eventuais alterações.
- b) Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa de leis que disponha criação ou extinção da Guarda Municipal e as eventuais alterações.
- c) Criação ou extinção da Guarda Municipal e as eventuais alterações somente será feita por emenda à Lei Orgânica Municipal.
- d) Compete exclusivamente à iniciativa popular a iniciativa de leis que disponha criação ou extinção da Guarda Municipal e as eventuais alterações.
- e) Compete concorrentemente ao Prefeito e ao Legislativo municipal a iniciativa de leis que disponha criação ou extinção da Guarda Municipal e as eventuais alterações.

32. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Granito/PE, compete ao Município, obedidas as normas federais e estaduais pertinentes, coibir as atividades que violem normas de saúde, sossego, segurança, funcionamento, moralidade e interesse da coletividade. Nessas atividades, a atuação do guarda municipal é essencial, esta que é realizada através do exercício de um dos Poderes Administrativos. Assinale a alternativa que, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Granito/PE, demonstre corretamente a qual poder administrativo o enunciado acima se refere:

- a) Poder Hierárquico.
- b) Poder Disciplinar.
- c) Poder de Polícia Administrativa.
- d) Poder Normativo.
- e) Poder Vinculado.

33. Os princípios fundamentais da Constituição da República são a base sólida da nossa ordem democrática, esta que se baseia em uma lei fundamental tida como cidadã. Por isso, todos os brasileiros, do povo às autoridades, devem nortear todas as suas ações de acordo com esses princípios. Assim sendo, tendo por referência o texto constitucional, assinale a alternativa onde conste incorretamente uma informação acerca dos princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil:

- a) Um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é o pluralismo político.
- b) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos a Constituição.
- c) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- d) É objetivo fundamental da República Federativa do Brasil garantir o desenvolvimento nacional.
- e) A República Federativa do Brasil buscará independência econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando, em segundo plano, à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

34. A organização político-administrativa do Estado brasileiro possui características especiais, se comparadas a outras democracias ocidentais. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com a CRFB, possuem uma característica que norteia esta organização. Assim, conforme a Constituição Federal os entes federativos são:

- a) autônomos.
- b) hierarquizados.
- c) escalonados.
- d) seccionados.
- e) recíprocos.

35. Da mesma forma que a Constituição da República Federativa do Brasil é a lei fundamental de todo Estado brasileiro, os outros entes federativos possuem

também suas leis fundamentais. No caso dos Municípios, existem as leis orgânicas municipais. Essas leis possuem um procedimento específico para que sejam aprovadas e modificadas, este que é tratado na Constituição Federal, sendo esta Lei Orgânica votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por:

- a) um terço dos membros da Câmara Municipal.
- b) dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- c) três quartos dos membros da Câmara Municipal
- d) quatro quintos dos membros da Câmara Municipal
- e) metade dos membros da Câmara Municipal.

36. A Constituição Federal define que ainda cabe aos Municípios criar, organizar e suprimir distritos. Mas, para que façam isso, esses entes federativos devem observar algumas normas. A partir de tal informação, de acordo com as regras constitucionais, para suprimir distritos, deverão os municípios observar:

- a) a legislação estadual.
- b) a lei federal.
- c) as normas de urbanização municipal.
- d) o plano diretor.
- e) a lei orgânica municipal.

37. Segundo o Monitor da Violência, o Brasil teve um aumento de 2% no número de mulheres assassinadas no primeiro semestre deste ano em comparação com o mesmo período do ano passado. Os casos de feminicídio também subiram. Em contrapartida, os registros de outros crimes relacionados à violência contra a mulher, como agressões e estupros, caíram no país. Todavia, especialistas afirmam que não houve uma redução dessas últimas, mas sim uma redução de denúncias tendo em vista os efeitos da quarentena (<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/16/assassinatos-de-mulheres-sobem-no-1o-semester-no-brasil-mas-agressoes-e-estupros-caem-especialistas-apontam-subnotificacao-durante-pandemia.ghtml>).

Por este motivo, a Lei 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, bem como os seus mecanismos devem ser firmes no combate à violência contra a mulher. A atuação do guarda municipal também deve agir contra esse tipo de violência, quando ele for testemunha de um ato desta natureza. Assim sendo, com referência a lei supracitada, assinale uma alternativa onde se

apresente uma informação incorreta acerca da Lei Maria da Penha:

- a) As relações pessoais que são objetivo de proteção da Lei Maria da Penha independem de orientação sexual.
- b) A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.
- c) A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais.
- d) O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- e) Cabe primariamente ao poder público e subsidiariamente à família e à sociedade criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados na Lei Maria da Penha.

38. Ainda com relação a Lei 11.340/2006, deve o guarda municipal, como qualquer agente público, intervir com ênfase caso presencie alguma situação de violência contra mulher. Um dos tipos de violência contra mulher, segundo a Lei Maria da Penha, é a violência sexual, esta que tem um conceito específico trazido pela lei. Assim sendo, analise o trecho abaixo transcrito, este que apresenta o conceito de violência sexual, e assinale a alternativa que complete corretamente as lacunas:

qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual _____, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer _____ ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus _____.

- a) reiterada; método contraceptivo; atos da vida civil.
- b) não desejada; peça de vestuário; direitos sexuais e reprodutivos.
- c) não desejada; método contraceptivo; direitos sexuais e reprodutivos.

- d) reiterada; peça de vestuário; direitos sexuais e reprodutivos.
- e) não desejada; método contraceptivo; atos da vida civil.

39. As armas de fogo são as verdadeiras armas de destruição em massa se visualizarmos os números de mortes utilizando este instrumento no Brasil e no mundo. Por isso, legislações como a Lei 10.826/2003, o Estatuto do Desarmamento, são tão importantes e necessitam da atuação direta dos agentes públicos para coibir práticas contra a lei. Da mesma maneira deve agir o guarda municipal quando deparar-se com uma violação ao Estatuto do Desarmamento. Desta feita, considerando as regras da Lei 10.826/2003, assinale a alternativa onde conste incorretamente uma afirmação acerca da lei em referência:

- a) É obrigatório o registro de arma de fogo no órgão competente.
- b) Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, além de outros requisitos, declarar a efetiva necessidade.
- c) A autorização de compra de arma de fogo é transferível, desde que o autorizado registre termo de responsabilidade devidamente ratificado pelo representante do Sinarm.
- d) A empresa que comercializar arma de fogo em território nacional é obrigada a comunicar a venda à autoridade competente, como também a manter banco de dados com todas as características da arma e cópia dos documentos previstos na legislação.
- e) A comercialização de armas de fogo, acessórios e munições entre pessoas físicas somente será efetivada mediante autorização do Sinarm.

40. De acordo com a Lei 10.826/2003, “o certificado de Registro de Arma de Fogo, com validade em todo o território nacional, autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa”. Ainda de acordo com a lei em referência, o certificado de registro de arma de fogo será expedido:

- a) pela Delegacia da Polícia Civil.
- b) pela Polícia Federal.
- c) pela Polícia Militar.
- d) pelas Forças Armadas.
- e) pelo Sinarm.